Demons

Demonstrações Financeiras

Aquafundália - Águas do Fundão, S.A.

31 de Dezembro de 2011



Demonstrações Financeiras

-3

Aquafundália - Águas do Fundão, S.A.

31 de Dezembro de 2011

Demonstrações Financeiras Aquafundália - Águas do Fundão, S.A. 31 de Dezembro de 2011

Índice

10

19

I

EM.

Certificação Legal das Contas

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Demonstração Fluxos de Caixa

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Relatório de Gestão



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Avenida da República, 90-6º 1600-206 Lisboa Portugal

Tel: +351 217 912 000 Fax: +351 217 957 586 www.ev.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 3.410.527,62 Euros e um total de capital próprio de 507.651,83 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.348,17 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

- É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações
 constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em
 juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
- **6.** Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto de conforme divulgado no Relatório de Gestão, a Empresa celebrou com o Município do Fundão o contrato de Concessão em 24 de Fevereiro de 2011, tendo iniciado formalmente a sua actividade em 1 de Maio de 2011, pelo que não existem comparativos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178) Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



ÍNDICE

.3

-

-

-

-

-3

RELA'	TÓRIO DE GESTÃO	4
CONJ	UNTURA ENVOLVENTE	5
PLAN	O DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	5
1.	RUBRICAS DO PLANO DE INVESTIMENTOS EM EXECUÇÃO	5
1.1.	Reabilitação do Parque de Contadores	5
1.2.	Sectorização da Rede de Abastecimento de Água	6
1.3.	Plano de Minimização de Perdas de Água	6
1.4.	Telegestão e Telecontrolo	6
2.	Melhorias Fora do Plano de Investimentos	6
2.1.	Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios	6
2.2.	Limpeza e Desinfecção de Instalações de Correcção de Agressividade	6
2.3.	Instalação de um Sistema de Ajuste de pH em Janeiro de Cima	7
2.4.	Substituição da Escada de Acesso ao Reservatório das Zebras	7
3.	Aspectos Técnicos	7
3.1.	Volumes de Água Comprada e Captada	7
3.2.	Qualidade da Água Distribuída	7
4.	INVESTIMENTO	7
BREV	E ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA	8
FACT	OS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERIODO	9
EVOL	UÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE	9
DÍVID	AS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL	10
PROP	OSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11
AGRA	DECIMENTOS	11
ANEX	O ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	16



1. NOTA INTRODUTÓRIA	. 16
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	. 16
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	. 16
3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA	. 16
3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	. 18
3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS	. 18
3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	. 18
3.5. INVENTÁRIOS	. 19
3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	. 19
3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	. 19
3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS	. 20
3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	. 20
3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS	. 21
3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES	. 21
3.12. GESTÃO DO RISCO	. 21
3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS	. 21
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	. 22
5. PARTES RELACIONADAS	. 22
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGIVEIS	. 22
7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	. 23
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES	. 24
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	. 24
10. ACCIONISTAS/SÓCIOS	. 24
11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES	. 25
12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	. 25
13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	. 26
14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	. 26

-



15. CUSTOS COM O PESSOAL	26
16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	27
17. OUTROS GASTOS E PERDAS	27
18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	27
19. RESULTADOS FINANCEIROS	28
20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	28
21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	28
21.1 ACTIVOS CONTINGENTES	28
21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	29

-



AQUAFUNDÁLIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

4

-

1

-

1

-

4

-

120

1

1

13

13

4

4

23

3

4

RELATÓRIO DE GESTÃO

Actividade reportada ao período de 1 de Maio a 31 de Dezembro de 2011

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da aquafundália - Águas do Fundão, S.A. do período findo em 31 de Dezembro de 2011.

A aquafundália - Águas do Fundão, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água Para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão.

A aquafundália assumiu, como seu objectivo principal, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

A aquafundália - Águas do Fundão, S.A., é uma empresa participada a 100% pela aqualia, Gestion Integral del Água, S.A., que por sua vez é a empresa para a actividade da água do grupo FCC, Fomento de Construcciones e Contratas.

No dia 24 de Fevereiro de 2011, foi celebrado com o Município do Fundão, por um período de 30 anos, o contrato de concessão, tendo a aquafundália iniciado formalmente a sua actividade, enquanto gestora do serviço de águas e de saneamento, no dia 1 de Maio de 2011.

Com a capacidade e know-how dos seus sócios, a aquafundália pretende apresentar um projecto baseado em dois pilares que considera fundamentais:

- Máxima qualidade do serviço, através da utilização de tecnologia de ponta e de uma orgânica de pessoal constituída por profissionais altamente qualificados.
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente)

A aquafundália - Águas do Fundão, S.A., dedica-se exclusivamente à Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água Para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, tendo elegido de base, duas vertentes fundamentais para o desempenho eficiente da sua actividade:

- A gestão da aquafundália assenta essencialmente na manutenção e conservação, melhoria contínua das condições actuais e construção das novas infra-estruturas.
- Na vertente comercial, o princípio subjacente é o da focalização no utilizador (Cliente).



CONJUNTURA ENVOLVENTE

.

-

福 海 海 福

-

-

-

-

-

-

-

1

1

1

-

1

12

1

12

13

12

1

1

13

13

1

13

1

2011 poderá ser considerado o ano em que foi desencadeado o processo de ajustamento da economia portuguesa que, entre outras consequências, acarretou uma desalavancagem muito marcante do sector privado.

A crise da dívida soberana europeia deverá fazer parte do contexto macroeconómico, apesar da perspectiva optimista do FMI. Representa um risco para a evolução económica regional, inclusive com potencial para afectar a económica global caso não seja desenvolvida uma solução ampla e compreensiva por parte das autoridades europeias.

A este respeito, deve salientar-se o risco decorrente de uma ligação demasiado próxima entre instituições financeiras e o comportamento do prémio de risco soberano.

Presentemente vivemos um período de forte contracção da procura interna e as perspectivas para a economia portuguesa, mesmo para o futuro mais próximo, revestem-se de um elevado grau de incerteza, influenciado ainda, externamente, pela grave crise da dívida soberana e pela própria desaceleração da economia global.

A acentuada contracção registada durante o ano de 2011 na economia portuguesa deverá, segundo todos os indicadores disponíveis, prolongar-se, e mesmo agravar-se durante o ano de 2012.

A significativa quebra da procura interna potenciada pela perspectiva de um tendencial abrandamento do consumo dos privados condicionará ainda mais a situação nada favorecida pelos factores exógenos decorrentes das situações vividas nas grandes economias.

Adicionalmente, o impacto sobre a procura interna, quer das medidas de consolidação orçamental quer das medidas de natureza estrutural a implementar pelo governo português, está envolto em grande incerteza, tanto no diz respeito à sua magnitude como ao seu perfil temporal.

Em particular, as medidas de consolidação orçamental implicam uma contracção sem precedente do rendimento disponível, num contexto em que as condições de financiamento permanecerão restritivas, sendo particularmente difícil antecipar o seu impacto sobre as decisões de despesa das famílias e empresas.

PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA

Como forma de demonstrar o empenho e dedicação da aquafundália na melhoria constante do serviço a que se propôs, foi projectado um plano de investimentos de 2.000.000,00 euros (dois milhões de euros) a serem investidos no serviço de água e saneamento do Concelho do Fundão, em conformidade com o exigido no concurso público.

Durante o ano de 2011, a aquafundália iniciou alguns projectos de investimento. Estes descrevem-se nos pontos seguintes:

1. Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

1.1. Reabilitação do Parque de Contadores

No decorrer de 2011 foram substituídos 400 contadores. Esta renovação deve-se principalmente a avarias nos acessórios do contador, ou ao seu actual estado de conservação.



1.2. Sectorização da Rede de Abastecimento de Água

Com o fim de severizar a rede de abastecimento de água no concelho do Fundão, a aquafundália, instalou diversos contadores à saída de reservatórios e na rede de abastecimento.

1.3. Plano de Minimização de Perdas de Água

Durante os meses de Agosto e Setembro, a aquafundália contratou um técnico especialista em fugas de água, que percorreu a cidade do Fundão e algumas freguesias limítrofes com diversos instrumentos de detecção, nomeadamente infra-vermelhos, ruído e temperatura.

Deste trabalho resultou a identificação de algumas fugas e roturas. A sua reparação mostrou-se essencial na melhoria do rendimento hidráulico da rede.

Com o fim de minimizar as perdas de água, a aquafundália instalou também válvulas redutoras de pressão nas localidades de Telhado, Valverde e Adega.

1.4. Telegestão e Telecontrolo

日の中の

7

-

1

-

7

-

-

-

.

*

1

-

-

-

-

4

13

13

1

Durante o ano de 2011, a aquafundália iniciou o processo de implementação do sistema de telegestão, estando neste momento na fase de concepção e calendarização da instalação dos sistemas.

2. Melhorias Fora do Plano de Investimentos

2.1. Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios

À data, a aquafundália tem sob sua gestão 44 reservatórios, das mais diversas tipologias e geometrias.

2.2. Limpeza e Desinfecção de Instalações de Correcção de Agressividade

Uma água agressiva apresenta, como características, um elevado teor de dióxido de carbono (CO2) livre, uma alcalinidade total reduzida e um pH baixo. Assim, os factores susceptíveis de serem alterados com vista à estabilização da água, por ajustamento do equilíbrio calcocarbónico, são precisamente o pH, o teor de CO2 livre e a alcalinidade.

Deve salientar-se, porém, que estes factores estão interligados e que a variação de um deles pode significar a variação dos restantes.

A correcção da agressividade é um processo de tratamento que tem como objectivo a estabilização de uma água que contém dissolvido um excesso de CO2 livre (CO2 agressivo) relativamente ao teor de CO2 necessário ao equilíbrio de solubilidade do carbonato de cálcio (CO2 equilibrante).

De forma a cumprir os valores paramétricos descritos no Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, a aquafundália tem sob sua gestão diversas estações de correcção de agressividade e respectivo ajuste de pH, entre as quais, Alcongosta, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, São Martinho, Silvares.

De entre estas, lavaram-se e desinfectaram-se, durante o ano de 2011, as estações de correcção de agressividade de Alcongosta, Alpedrinha e Castelo Novo.



2.3. Instalação de um Sistema de Ajuste de pH em Janeiro de Cima

Na Zona de Abastecimento de Janeiro de Cima, o pH da água fornecida aos utilizadores do sistema em causa era bastante inferior ao legislado, assim em Outubro de 2011 foi instalado um sistema de dosagem de Carbonato de Sódio, a fim de ajustar o valor de pH, para os níveis estabelecidos no Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto.

2.4. Substituição da Escada de Acesso ao Reservatório das Zebras

Aquando da necessidade de limpeza do reservatório das Zebras na freguesia da Orca, verificouse que a escada de acesso ao interior do reservatório estava partida. Foi adquirida uma nova escada.

3. Aspectos Técnicos

7

1

-

1

1

3

1

4

1

1

3

1

13

13

1

3

2

13

13

4

2

1

1

1

2

3.1. Volumes de Água Comprada e Captada

Ao longo do ano, o volume de água comprada diminuiu cerca de 23% em relação a Maio de 2011 principalmente pelo aumento do rendimento hidráulico da rede, fruto da reparação de muitas roturas.

Já em relação à água captada, devido à inexistência de contadores nas condutas adutoras, o valor apresenta-se estimado.

3.2. Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela aquafundália aos utilizadores do concelho do Fundão é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem.

As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2011.

Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

4. Investimento

Relativamente à totalidade do investimento, o mesmo está previsto realizar-se, ao abrigo do acordado no Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais de Fundão, celebrado entre o Município do Fundão e a aquafundália.

A aquafundália é a empresa responsável pela exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água incluindo tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho do Fundão, e pela execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação das redes de abastecimento de água e saneamento, construção de reservatórios, reabilitação das infra-estruturas e melhoria dos serviços prestados aos munícipes e à melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população do Fundão, através da eliminação de focos de insalubridade pública e da utilização quotidiana de água segundo os padrões nacionais e europeus.



O objectivo estratégico da aquafundália está alicerçado na melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, sendo a renovação e remodelação das redes e equipamentos a primeira prioridade dos investimentos a efectuar.

BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Relativamente ao ano agora findo, a actividade da aquafundália decorreu de forma regular e dentro das expectativas criadas, não havendo a registar quaisquer factos relevantes de serem mencionados neste relatório.

Relativamente aos resultados obtidos pela empresa no período em análise, apesar de pouco significativos sob o ponto de vista do retorno de capital investido, estes situaram-se dentro das estimativas efectuadas.

Ainda assim, o Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) representa em 2011 cerca de 5.15% das Vendas e Serviços Prestados pela empresa (corrigidos do efeito da aplicação da IAS 11).

Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a sua evolução poder-se-á medir através dos seguintes indicadores:

	Ano 2011
Rentabilidade do activo total	(0.41%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(2.78%)
Rentabilidade das vendas	(0.60%)
EBITDA	118,235.77

Apesar da conjuntura nacional e do breve período de actividade da empresa, os resultados acima mencionados, foram conseguidos através de acções de gestão criteriosas sobre os custos e proveitos resultantes da actividade normal da empresa.

Relativamente à capacidade financeira da empresa de gerar cashflow a longo prazo, as boas práticas de gestão em tudo apontam para que a aquafundália tenda no futuro a melhorar a performance conseguida no período de actividade de 2011.

Independentemente dos resultados apresentados para o ano agora encerrado e dos resultados expectáveis para o ano de 2012, é importante salientar que a aquafundália continuará a efectuar um esforço contínuo para a melhoria da sua performance operacional e de gestão.

O volume de negócios mesmo atingiu no final do período em análise, cerca de 2.362 milhões de euros (2.298 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0.064 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

A aquafundália atingiu no ano de 2011, e relativamente à rubrica de Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos o valor de 118,235.77 euros.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) da empresa situou-se em 19,615.56 euros relativamente ao período em análise neste relatório.



Os resultados financeiros da empresa ascenderam a 25,932.33 euros negativos, apresentando uma performance claramente desfavorável, resultado das necessidades de financiamento face ao achaque das operações e aos investimentos a realizar, previstos no contrato de concessão para Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Município do Fundão.

Os custos financeiros representaram no período em análise 1.12% do total dos proveitos obtidos.

O Resultado Antes de Impostos atingiu no período em análise o montante de 6,316.77 euros negativos.

	Ano 2011
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	118,235.77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	19,615.56
Resultado antes de impostos	(6,316.77)
Resultado liquido do período	(2.348,17)

É importante referir, que apesar dos indicadores acima mencionados apresentarem uma variação negativa face ao estimado inicialmente, a estrutura de custos e proveitos previstos no plano estratégico da aquafundália para o ano de 2012, revela-nos que o próximo ano marcará de forma definitiva o ponto de viragem necessário à obtenção de resultados positivos na aquafundália.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERIODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

-

-

-

-

-

-

-

4

-

r-

-

1-

-

1

13

-

-

13

120

r. 10

13

12

120

13

120

P-30

P-S

A Administração considera que os resultados obtidos pela actividade da empresa, desde o período em que esta se iniciou formalmente, evidenciam a sua capacidade em gerar resultados estáveis, quer a nível económico-financeiro quer a nível de gestão corrente.

A análise da evolução da actividade dos primeiros meses de 2012 perspectiva com relativo optimismo, a melhoria da situação verificada no período de 2011, tendo em conta a eventual conclusão, até ao final do primeiro semestre de 2012 da formalização com o Município do Fundão do acordo relativo à revisão do Contrato de Concessão, pela adaptação ao Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto.

No âmbito do Planeamento Estratégico a desenvolver pela aquafundália, mantiveram-se para os anos vindouros, definidos os indicadores, objectivos, projectos e mapas estratégicos, traçados em anos anteriores.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos recursos:

- A optimização constante dos Recursos Humanos;
- O incentivar da comunicação interna e o espírito de equipa;



Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos processos:

- Uma maior eficiência nos processos de gestão contratual;
- A continuação do cumprimento do Contrato de Concessão e manutenção das boas relações com a Concedente;
- A adequação de todos os contratos associados ao Contrato de Concessão às necessidades da aquafundália;
- A implementação de novos processos que visem a melhoria de competências técnicas e eficiência operacional;
- A promoção da eficácia na gestão a todos os níveis.

-

(a)

-

1.0

-

4

r.20

12

3

3

3

13

13

13

12

13

13

12

12

0

0

23

0000

23

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos clientes:

 A continuação da promoção da excelência na qualidade do serviço e melhoria de vida dos nossos clientes;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à área financeira:

- A maximização da criação de valor e dos Proveitos Operacionais gerados;
- Uma maior optimização dos custos de estrutura;
- A obtenção de um quadro de sustentabilidade a longo prazo.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à nossa missão:

- Assegurar a fiabilidade na recolha e tratamento de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade dos resíduos tratados;
- Contribuir para o desenvolvimento local e a promoção da integração na comunidade local.

Por todo o mencionado anteriormente, a administração da aquafundália considera que os resultados obtidos pela empresa no ano findo contribuem para a sua estabilidade a nível económico-financeiro, sendo reveladores do espírito de realização a mesma se propôs enquanto entidade privada ao serviço do domínio público, cumprindo escrupulosamente todos os objectivos (financeiros, económicos, de gestão e qualidade de serviço) definidos.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 2,348.17 euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: -2,348.17 euros

AGRADECIMENTOS

-

18

1

33333

13

1

12

13

13

13

0000

13

13

13

A administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Fundão, aos 31 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jurado Fernandez

Presidente

Roberto Pérez Muñoz

Vogal

desús Rodriguez Sevilla

Vogal

Isidoro António Marbán Fernandez

Vogal



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

2 7 7

中中中中

1

3333333

1

.

19

33333333333

13

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2011
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	3.2;6	40,306.29
Activos intangíveis	3.1;3.3:6	2,019,682.86
Activos por impostos diferidos	3.4	11,777.78
sub-to	tal	2,071,766.93
Activo corrente		
Inventários	3.5	28,490.57
Clientes	3.7;8	913,235.40
Estado e outros entes públicos	3.4;7	49,296.83
Outras contas a receber	3.7;8	110,449.16
Caixa e depósitos bancários	3.7;9	237,288.73
sub-to	tal	1,338,760.69
Total do acti	vo	3,410,527.62
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	3.6	510,000.00
Resultado liquido do período	3.6	(2,348.17)
Total do capital próp	rio	507,651.83
Passivo		
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar	3.7;11	1,044,444.44
sub-to	tal	1,044,444.44
Passivo corrente		
Fornecedores	3.7;11	216,457.68
Estado e outros entes públicos	3.4;7	24,541.82
Accionistas/sócios	3.7;10	715,000.00
Outras contas a pagar	3.7;11	902,431.85
sub-to	tal	1,858,431.35
Total do passi	vo	2,902,875.79
Total do capital próprio e do passi	vo	3,410,527.62

^{(1) -} O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011
Vondas a namiliara musetados	38; 12	2,361,829.32
Vendas e serviços prestados	0.536.44.4	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 13	(1,175,981.95)
Fornecimentos e serviços externos	14	(751,241.40)
Gastos com o pessoal	15	(296,942.52)
Outros rendimentos e ganhos	16	432.90
Outros gastos e perdas	17	(19,860.58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118,235.77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	(98,620.21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19,615.56
Juros e rendimentos similares obtidos	19	578.10
Juros e gastos similares suportados	19	(26,510.43)
Resultado antes de impostos		(6,316.77)
Imposto sobre o rendimento do período	20	3,968.60
Resultado liquido do período		(2,348.17)
(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a nossibilidade de	evnreccăe	dae avantiae em

^{(1) -} O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

13

999

1

13



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

やややや

-

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Recebimentos de clientes	1,672,194.41
Pagamentos a fornecedores	(1,344,816.13)
Pagamentos ao pessoal	(209,408.27)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(171.78)
Outros recebimentos/pagamentos	(44,788.75)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	73,009.48
Fluxos de caixa das actividades de investimento Pagamentos respeitantes a: Activos fixos tangíveis	(50,037.58)
Activos intangíveis	(983,434.34)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(1,033,471.92)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	715,000.00
Subscrição de capital	510,000.00
Juros e gastos similares	(27,248.83)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1,197,751.17
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	237,288.73
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	237,288.73

^{(1) -} O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantías em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

--

--

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuiveis	Excedente de valorização de activos fixos	Excedente de activos fixos financeiros financeiros	Resultados acumulados	Resultado liquido do período	Total
Posição no inicio do periodo	igidali rope (scyle	BD.I			23		este a	S A.			epag
Subscrição de capital	510,000.00										510,000.00
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	510,000.00										510,000.00
Resultado líquido do periodo										(2,348.17)	(2,348.17)
Posição no fim do período	510,000.00									(2,348.17)	507,651.83
(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros	to, a possibilidad	le de expressão da	s quantias em 1	nilhares de eun	so						

OBSERVAÇÕES ÀS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO:

G (C) (E) (E)

Linha relativa aos movimentos resultantes dos ajustamentos relativos à data do balanço inicial / "de abertura", na transição para o referencial contabilístico IAS/IFRS, ou para as futuras NCRF, em cumprimento da IFRS 1.

Linha relativa a movimentos por alterações de políticas contabilísticas que, nos termos da IAS 8, se repercutam directamente no capital próprio.

Linha destinada à evidenciação de movimentos de transferência dentro das rubricas de capital próprio, que não sejam mostrados ou incluidos noutras linhas.

Linha destinada a evidenciar movimentos nas rubricas de "Interesses minoritários", reflectidas em resultados líquidos do período ou directamente em rubricas de capitais próprios, distinguindo-os da coluna com o mesmo nome, que reflecte



AQUAFUNDÁLIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

-

1

1

999

1

-

THE OWNER OF THE OWNER OWNER

1

-

1

12

13

13

1

13

13

3

13

13

13

13

13

120

13

3

3

1

13

13

1

000

2

A aquafundália - Águas do Fundão, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Rua Fernando Pessoa, Lote 195 no Fundão, constituída a 17 de Fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Maio de 2011.

Tem como actividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, a empresa efectua o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da aquafundália, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC..

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de

Men

concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cashflow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

4

-

1

-

-

-

**

-

-

1

-

1

1

1

13

1

-3

12

1

·海

12

12

12

13

120

12

120

1

1

1

1

1

1

13

2

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o pleno usufruto das infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido um activo intangível, sendo reconhecido um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 2 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a aquafundália reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de

ofn.

receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

-

1

1

1

1

13

13

13

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Ütil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, Aparelhos e Ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material Rolante ou de Transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos Diversos	8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerandose as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para



utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

19

1

-

1

3

-

3

うつ

つつつ

3

3

3

3

3333

3

3

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no artº 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros Instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados acumulados negativos.

Resultado Líquido do Período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na Empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Clientes e dívidas a receber:

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflictam o



valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

· Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Contas a pagar

-

-

*

-

-0

-

7

-

0

3

-

1

2

2

-

1

3

0

3

13

13

1

0

0

1

ゆめめめ

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Accionistas

Os empréstimos de accionistas encontram-se registados ao custo.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.



Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

1

-

-

1

-

-

-

1

-

**

-

-

-

1

13

1

3

-

3

3

3

9

2

2

1

13

M

9

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.



4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

4

1

-

-

-

-

-

-

7

-

13

0

0

1

0

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2010.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Água, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	1	Ano 2011
	Activo	Passivo
Fornecedores C/C		
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		85,349.05
(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamento são identicas às aplicadas aos restantes fornecedores)		
Accionistas/Sócios		
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)		715,000.00
(Transacções relativas a Empréstimos Concedidos pela casa-mãe, As condições de pagamento são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)		
Outros Devedores e Credores		
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)		25,184.91
(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. aquisição de Imobilizado. As condições de pagamento são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)		
Total		825,533.96

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGIVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido no valor dos Activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



AOTINO PRICTO	Saldo em	Aumentos e	Abates e	Correcções	Saldo em
ACTIVO BRUTO	31.12.2010	Reavaliações	Alienações	e Transf.	31.12.2011
Activos fixos tangíveis					
Equip. básico		21,830.04			21,830.0
Equip. de transporte		4,350.01			4,350.0
Equip. administrativo		23,857.53			23,857.53
Total		50,037.58			50,037.58
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Activos fixos tangíveis					AND A SECURITY OF THE SECURITY
Equip. básico		3,906.39			3,906.39
Equip. de transporte		1,087.50			1,087.5
Equip. administrativo		4,737.40			4,737.4
Total		9,731.29			9,731.29
Saldo liquido		40,306.29			40,306.29
	Saldo em	Aumentos e	Abates e	Correcções	Saldo em
ACTIVO BRUTO	31.12.2010	Reavaliações	Alienações	e Transf.	31.12.2011
Activos intangíveis					
em Firme		2,000,000.00			2,000,000.00
em Firme em Curso		2,000,000.00 64,127.34			
					2,000,000.00 64,127.34 2,064,127.34
em Curso		64,127.34			64,127.3
em Curso Total AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		64,127.34			64,127.3
em Curso Total AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		64,127.34			64,127.34 2,064,127.34
em Curso Total AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS Activos intangíveis		64,127.34 2,064,127.34	SEX RESTORS		64,127.34

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Ver política contabilística 3.1 no que respeita à coluna de ajustes.

10

1

3

333

333

1

13

3

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Estado e Outros Entes Públicos é o seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto Sobre o Rendimento		
Retenções Rendimentos Capitais	171.74	
Estimativa IRC		7,809.18
Retenção de Impostos Sobre Rendimentos		
Trabalho Dependente		1,533.00
Trabalho Independente		1,118.00
Capitais		133.14



		Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto Sobre O Valor Acrescentado (IVA) *			
IVA - A Recuperar		49,125.09	
Contribuições para a Segurança Social			
Contribuíções Segurança Social			5,877.55
Contribuições Caixa Geral de Aposentações			7,888.12
Contribuições ADSE			182.83
	Total	49,296.83	24,541.82

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica clientes de conta corrente reflecte o valor a pagar pelo Cliente Serviços Municipalizados do Fundão à data de 31 de Dezembro de 2011.

		Ano 2011
Clientes		
Clientes C/C		913,235.40
	Total	913,235.40

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outras Contas a Receber tinha a seguinte decomposição:

		Ano 2011
Outras Contas a Receber		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos (1)		110,449.16
	Total	110,449.16

⁽¹⁾ O valor da rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a facturação e a contagem real dos consumos efectuados.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

できる

できるできるの

*

-

-

1

-

-

0

1

1

多多的多多多多多多的

13

1

BAAAA

A discriminação de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2011 e a reconciliação entre esse valor e o montante de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data é como segue:

		Ano 2011
Caixa		5,268.60
Depósitos à Ordem		
Caixa Geral de Depósitos		196,540.78
Banco Espírito Santo		35,479.35
	Total	237,288.73
	Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	237,288.73

10. ACCIONISTAS/SÓCIOS

A rubrica de Accionistas/Sócios reflecte os empréstimos do sócio aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A., concedidos à data de 31 de Dezembro de 2010.



		Ano 2011
Accionistas/Sócios		
Empréstimos Concedidos		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.		715,000.00
	Total	715,000.00

11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

6

0

1

1

0

つつ

-

10

3333333

3

A rubrica fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto a pagar a fornecedores diversos à data de 31 de Dezembro de 2011.

		Ano 2011
Fornecedores		
Fornecedores C/C		216,457.68
	Total	216,457.68

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outras Contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

		Ano 2011
Passivo não corrente		Melization
Outras Contas a Pagar		
Relativas a Investimentos Reversíveis (nota 3.10)		44,444.44
Relativas a Infra-estruturas Existentes		1,000,000.00
	Total	1,044,444.44
		Ano 2011
Passivo corrente		
Outras Contas a Pagar		
Pessoal		26,932.76
Fornecedores de Investimentos		16,565.66
Credores por Acréscimos de Gastos		481,135.99
Devedores e Credores Diversos		377,797.44
	Total	902,431.85

12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços apresentava o seguinte o detalhe:

		Ano 2011
Vendas		1,460,399.85
Serviços Prestados	the contract of the contract o	837,302.13
Subcontratos (2)		64,127.34
	Total	2,361,829.32

⁽²⁾ Corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.



13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

		Mercadorias	Matérias primas	Total
Existências Iniciais				
Compras			1,204,472.52	1,204,472.52
Existências Finais			28,490.57	28,490.57
	CMVMC		1,175,981.95	1,175,981.95

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

9

6

0

3333

0

0

0

0

0

ももももももももも

1

0

0

3

3

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha o seguinte o detalhe:

	Ano 2011	
Subcontratos	15,00	0.00
Subcontratos (2)	64,12	7.34
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	354,23	3.28
Publicidade e Propaganda	5,59	5.00
Vigilância e Segurança	2,10	7.73
Honorários	5,76	8.01
Conservação e Reparação	108,32	8.70
Materiais		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	10,24	5.13
Material de Escritório	11,52	8.25
Electricidade	46,15	0.36
Combustíveis	30,03	8.22
Reagentes	2,32	2.77
Deslocações, Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	3,86	7.77
Transportes de Mercadorias	30	6.17
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	37,50	7.25
Comunicação	47,80	5.20
Contencioso e Notariado	48'	7.50
Despesas de Representação	26:	5.20
Limpeza, Higiene e Conforto	5,82	7.52
	Total 751,24	1.40

⁽²⁾ Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

15. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Custos com o pessoal apresentava o seguinte o detalhe:



		Ano 2011
Remunerações		238,623.93
Encargos Sociais		42,613.75
Seguros de Acidentes de Trabalho		1,956.96
Gastos de Acção Social (SHT)		1,678.34
Outros Gastos com o Pessoal		12,069.54
	Total	296,942.52

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 23 pessoas.

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

9

3

-

9999999

3

9

0

99999

9

3

44

10

10

13

00000000000000000000

10

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos era como segue:

		Ano 2011
Outros Rendimentos e ganhos		432.90
	Total	432.90

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outros gastos e Perdas era como segue:

		Ano 2011
Impostos e Taxas		14,662.84
Donativos		2,500.00
Multas e Penalidades		100.00
Outros Não Especificados		1,281.24
Serviços Bancários		1,316.50
	Total	19,860.58

18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização era o seguinte:

		Ano 2011
activos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico		3,906.39
Equipamento de Transporte		1,087.50
Equipamento Administrativo		4,737.40
activos Intangíveis		
Outros Activos Intangíveis (Canon)	Action to the second second	44,444.48
Outros Activos Intangíveis (Reversíveis)		44,444.44
	Total	98,620.21



19. RESULTADOS FINANCEIROS

1

7

0

7

D

D

DDD

うり

0

5

0000

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava na data de 31 de Dezembro de 2011 a seguinte decomposição:

		Ano 2011
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários		578.10
	Total	578.10
		Ano 2011
Juros Suportados		
De Financiamentos Obtidos		26,510.43
	Total	26,510.43
	Resultados Financeiros	(25,932.33

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido em 31 de Dezembro de 2011 é como segue:

	Ano 2011
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(14,125.95)
Amortização de Investimentos reversíveis não aceites	44,444.44
Donativos	2,500.00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	7,809.18
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	100.00
Outros custos a acrescer	1,281.24
Matéria colectável	42,008.91
Imposto à taxa de 10,00% (a)	4,200.89
Imposto à taxa de 25%	
Pagamento especial por conta	
Retenções na fonte	171.74
Pagamento por conta	
IRC a pagar	4,029.15
Derrama	630.13
Tributações autónomas	2,978.16
Total a pagar	7,637.44
Imposto do periodo	7,809.18

(a) Auxílio concedido até ao limite de 200.000,00 euros por empresa, a novas entidades, durante os primeiros cinco exercícios de actividade. Sobre o excedente aplica-se a taxa geral de IRC.

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

21.1 ACTIVOS CONTINGENTES

Á data de 31 de Dezembro de 2011, não existiam na aquafundália activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

Mr.

21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

000

D

D

D

D D 1 D D B D B B 1 1 3 5 B 6 9 B

9 0

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal do Fundão, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

		Ano 2011
Aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.		1,800,000.00
	Total	1,800,000.00



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Avenida da República, 90-6º 1600-206 Lisboa Portugal

Tel: +351 217 912 000 Fax: +351 217 957 586 www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas.

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas.

Procedemos à acção de fiscalização da Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais:
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

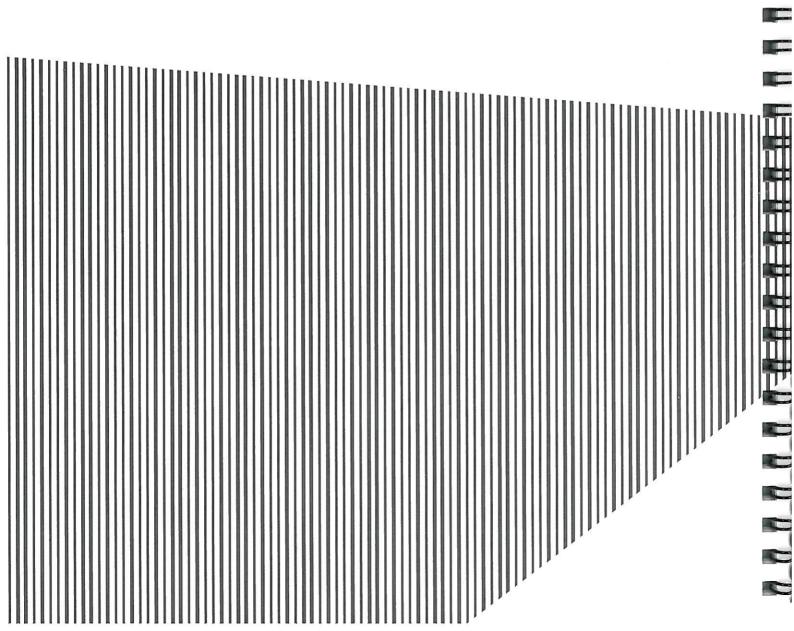
O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178) Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young refers to the global organization of member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients.

For more information, please visit www.ey.com



-